**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PARA EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ EXCEPCIONAL**

Eu \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (responsável legal), inscrito (a) no CPF sob nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declaro que tenho ciência da irregularidade da obra/inexistência do habite-se, imóvel cadastro \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, razão pela qual solicito a emissão do Alvará de Funcionamento em Caráter Excepcional, para o estabelecimento \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (razão social), inscrito no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sendo que a regularização está em trâmite através do Processo Administrativo nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

 Firmo a presente declaração perante o Município de Criciúma, para fins de obtenção de **ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO EXCEPCIONAL (PROVISÓRIO)** e estou ciente de que:

1. Dentro do prazo de 01 (um) ano da emissão do Alvará, devo finalizar a regularização junto a Divisão de Planejamento Físico e Territorial – DPFT, e dentro do mesmo prazo, devo apresentar o comprovante da regularização da obra (Habite-se ou Laudo de Reforma), sob pena de ter o Alvará suspenso/não renovado.

2. Devo observar os requisitos exigidos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes no objeto social, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, prevenção de incêndios, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos;

3. Todos os documentos que instruem o presente processo de Alvará de Funcionamento são a expressão da verdade e, que responderei pessoalmente nos termos da legislação em vigor, por omissões e fatos controversos que venham a ser posteriormente apurados;

4. Assumo toda a responsabilidade referente às exigências estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, comprometendo-me a regularidade exigida da Lei e tenho conhecimento de que o atestado de vistoria do CBMSC é pré-requisito para a emissão do Alvará de Funcionamento;

5. Sou responsável pelo imóvel onde funcionará o estabelecimento, seja na figura de locatário ou proprietário.

6. Devo cumprir as regras de acessibilidade estabelecidas no Decreto Federal nº 5.296/2004 e as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, sob pena de ter o alvará de funcionamento suspenso ou não renovado.

Criciúma, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Responsável legal)